

# Conversão informal será contida

**SÃO PAULO**— As operações de conversão informal da dívida realizadas pelas estatais são indevidas e representam claro desrespeito à recomendação feita pelo governo no sentido de suas empresas se absterem desse tipo de operação, criticou ontem o presidente do Banco Central, Elmo de Araújo Camões. A Vale do Rio Doce e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de acordo com informações do mercado estão entre as estatais que mais realizaram esse tipo de operação, com volumes que chegam a US\$ 200 milhões.

As operações de conversão informal são realizadas com títulos a vencer da dívida brasileira. Segundo Camões, o montante de títulos a vencer que podem entrar no processo da via informal de conversão das empresas privadas é de US\$ 5,6 bilhões, enquanto o das estatais chega à soma de US\$ 28 bilhões.

"Não podemos determinar para onde devem se destinar os investimentos", afirmou Camões. "Mas podemos solicitar que os operadores nesse mercado realizem operações informais destinadas para investimento, e não para comprar dólar no paralelo e remeter ao exterior, ou o contrário."

Segundo fontes do mercado financeiro, o governo vai tentar, em primeiro lugar, "desestimular" estas conversões. Caso, contudo, não obtenha de imediato um resultado significativo, recorrerá a uma proibição explícita através de uma resolução cujo texto já está sendo preparado no BC.

Camões voltou a comentar ontem a conversão de títulos de dívida por exportações, projeto cancelado no momento pelo BC. Segundo ele, o BC não teria como impedir a realização de operações triangulares através da conversão por exportação. "Não podemos evitar, por exemplo, que uma exportação de calçados seja embarcado para Hong Kong com seus valores com desconto e por lapso de memória do comandante, o navio acaba chegando em Nova Iorque", afirmou.

O presidente do BC, que participou ontem de seminário internacional sobre conversão de dívida, lembrou ainda que conseguiu US\$ 300 milhões em linhas de curto prazo para financiar o comércio internacional brasileiro. Os recursos serão internados pelo BC e poderão ser repassados aos bancos privados conforme as conveniências.